



AVEIRO



1 Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, onde o juiz presta atualmente serviço 2 Gumerindo Lourenço terá corrompido o magistrado, suspeita a Justiça

Juiz tem vida de luxo paga por empresário

INQUÉRITO ♦ Magistrado suspeito de dar informações sobre processos em troca de dinheiro, carro e estadias em hotéis **CASO** ♦ Suposto corruptor já foi condenado por fraude na obtenção de subsídio

PAULA GONÇALVES*

As ligações entre um juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro e um empresário de Viseu estão a ser investigadas pelo Ministério Público do Tribunal da Relação de Coimbra, por suspeita de corrupção. A Justiça acredita que o magistrado João Evangelista Fonseca, 53 anos, terá ale-

MAGISTRADO NÃO FOI CONSTITUÍDO ARGUIDO NEM OUVIDO NO INQUÉRITO

gadamente fornecido informações sobre processos judiciais ao empresário de hotelaria Gumerindo Lourenço, em troca de dinheiro, do pagamento de estadias em hotéis e uso de um carro da marca Mercedes.

João Evangelista Fonseca, que anteriormente esteve no Tribu-

nal Administrativo e Fiscal de Viseu, terá ainda feito assessoria jurídica ao empresário, estando a isso proibido. Gumerindo Lourenço foi condenado em 2018 por fraude na obtenção de subsídio, que lesou o Estado em mais de 2 milhões de euros. O Tribunal de Viseu, onde foi julgado, aplicou-lhe cinco anos e três meses de prisão efetiva. O Tribunal da Relação de Coimbra fez uma redução para quatro anos e três meses e suspendeu-lhe a pena. Os factos que estavam em causa estão relacionados com a construção de um hotel em Fornos de Algodres.

O inquérito que investiga agora as ligações entre o juiz e o

PORMENORES

Esquema provado

No processo em que foi condenado o empresário de Viseu ficou provado que o arguido montou um esquema para obter um apoio financeiro superior ao necessário, para que o subsídio a atribuir fosse suficiente e não tivesse necessidade de recorrer a capitais próprios.

Suspeitos incontactáveis

O CM tentou contactar Gumerindo Lourenço e João Evangelista. Uma funcionária da firma do empresário referiu que só hoje poderia responder. O CM tentou igualmente chegar à fala com o juiz no Tribunal em Aveiro, mas sem sucesso.

empresário foi instaurado em 2018. O Ministério Público está a verificar se o juiz recebeu de facto contrapartidas do empresário, estando nomeadamente a analisar estadias do magistrado, familiares e amigos em hotéis. O Mercedes GLC (custa no mínimo 60 mil euros) que usa, mas que está alocado à mulher através de um contrato de aluguer de longa duração, também é visado neste inquérito.

A investigação ainda estará no início, tendo a PJ de Aveiro feito recentemente buscas no gabinete do magistrado no tribunal e na sua casa. O CM apurou que o juiz ainda não foi constituído arguido nem foi ouvido no inquérito. ♦ *COM.T.V.P./P.J.D.

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

